

## Livro traz depoimentos de cinco intelectuais da Unicamp que integraram o governo FHC



Vilmar Faria



Barjas Negri



José Serra



Maria Helena Castro



Carlos Américo Pacheco

# Do ofício acadêmico à experiência de governo

EUSTÁQUIO GOMES  
eusta@unicamp.br

Poucas são, no Brasil, as instituições de ensino superior que lograram consolidar a tradição de fornecer quadros para os mais altos estamentos da República, passando a influir decisivamente na formulação das grandes políticas públicas. Do Império ao Estado Novo, este foi um privilégio de quatro ou cinco escolas jurídicas. A Universidade de São Paulo começou a dar ministros e secretários de Estado a partir da segunda metade do século XX. Três décadas mais jovem, a Unicamp despontou como um celeiro de primeira grandeza em meados da década de 80, primeiro no plano estadual, com o governador Franco Montoro, e em seguida no federal com a ascensão do grupo que gravitava em torno do ministro Dilson Funaro, no governo Sarney.

Diferentemente dos bacharéis – engenheiros ou advogados – que sempre ocuparam funções ministeriais às expensas de sua reputação política, no caso dos doutores da Unicamp a percepção de sua tarefa pública nunca deixou de estar relacionada com sua origem acadêmica,

como se a universidade agisse em bloco em nome de um pensamento unívoco. Foi assim que, nos meados de 80, a Unicamp levou o bônus e o ônus do Plano Cruzado, a princípio celebrado e depois execrado.

Ao dar curso a essa questão e freqüentemente desmistificando-a, a jornalista Mônica Teixeira constrói, ao longo de uma série de conversas com cinco protagonistas do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) – a cientista social Maria Helena Castro e os economistas Carlos Américo Pacheco, Barjas Negri, Paulo Renato Souza e José Serra –, um livro que vai muito além do interesse institucional. *Universidade e Governo: professores da Unicamp no período FHC* (Escuta, 2003) mostra, no dizer do próprio ex-presidente, que prefacia a obra, como se dá “o diálogo entre o conhecimento acadêmico e a experiência de governo”, considerando-se os acadêmicos como vozes novas nas relações “entre estado, sociedade e economia”.

Acostumada a temperar suas entrevistas com o sal do contraditório, Mônica Teixeira, organizadora da obra, trata de fazer com que seus interlocutores não se limitem a bater o tambor de suas realizações – que sempre as há, em menor ou maior grau – mas também a desatar o nó gordígio de seus impasses.

Por um feliz acaso, quatro atuaram em duas áreas sociais vitais: a saúde e a educação. Dois foram ministros e um deles, José Serra, não se tornou presidente da República por razões que a história explicará mais tarde, quando as cabeças se colocarem outra vez acima do nevoeiro. Paulo Renato confessa que bolou o Provão andando na praia e admite que o que pretendia, mesmo, era ser ministro do Planejamento. Seu principal feito foi chegar perto da universalização das matrículas no ensino fundamental, o que não é pouco. Serra ganhou a batalha dos genéricos contra a indústria farmacêutica, baixou a taxa de mortalidade infantil e fez o que pôde para reorganizar o sistema de saúde. Graças a isso as políticas sociais foram um dos pontos fortes do governo FHC, no entender de Serra, ao lado da estabilidade de preços e da consolidação do processo democrático.

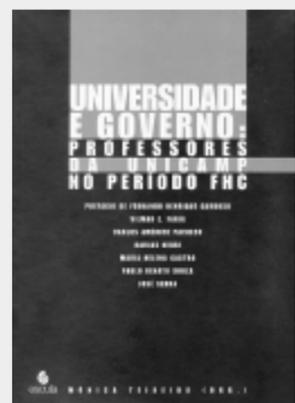
Resta saber por que a sociedade não depositou em Serra o voto de confiança que havia dado a Fernando Henrique em 1994 e 1998. Nunca tinha havido antes uma tal constelação de intelectuais, e não só da Unicamp, num mesmo governo. Nunca uma percepção tão aguda do cenário global, das correlações internacionais de força econômica e – como diz o falecido Vilmar Faria no artigo

que abre o livro – “dos limites estruturais atingidos pela industrialização protegida, da reorganização do capital internacional, da crise do estado de bem-estar social, da planarização dos processos de produção e do crescimento da importância do conhecimento como fator estratégico para as nações”.

Então, por quê? A resposta é dada pelo próprio Serra no final de sua entrevista: “Uma das heranças da ditadura, que permaneceu presente na época da democratização, foi a de que o governo está sempre errado e a sociedade sempre certa”. Ao constatar que “há um permanente catastrofismo em relação aos indicadores sociais”, Serra admite que houve um indicador que francamente teve um desempenho ruim no governo passado – o do emprego. E conclui: “Não tenho dúvida de que o emprego é a variável social mais crítica”.

Segundo esse raciocínio, Serra foi derrotado pelas taxas de desemprego. Sabemos que não foi só por isso – muitas outras variáveis compõem o espectro de uma sucessão presidencial – mas, pelo sim ou pelo não, eis um sinal de alerta para o governo que aí está. O qual, como se sabe, continua a ter a presença da Unicamp em algumas de suas áreas mais sensíveis; o que, afinal, deixa cla-

### SERVIÇO



#### Universidade e Governo: Professores da Unicamp no Período FHC.

Organização: Mônica Teixeira.  
Entrevistas a Mônica Teixeira e Clayton Levy.  
Editora Escuta, São Paulo, 2003.  
272 páginas.

ro a pluralidade de idéias da instituição e seu poder de fogo enquanto celeiro de inteligências, independentemente de cor ideológica.

# Pesquisa aponta que C&T melhora qualidade de vida

RAQUEL DO CARMO SANTOS  
kel@unicamp.br

Pesquisa quantitativa realizada em cidades de quatro países ibero-americanos constatou que, em média, 72% dos entrevistados acreditam que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia é o principal motivo da melhoria da qualidade de vida da sociedade. A grande maioria (85,9%), no entanto, nega que a C&T possa solucionar todos os problemas. As entrevistas foram feitas em 2002 e 2003, na Argentina, Brasil, Espanha e no Uruguai e constam do livro *Percepção Pública da Ciência*, publicado recentemente pela Editora da Unicamp e com o apoio da Fapesp.

### Levantamento foi realizado em cidades de quatro países

A publicação, em português e espanhol, foi organizada pelo professor Carlos Vogt, presidente da Fapesp e coordenador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Unicamp, e por Carmelo Polino, responsável pela área de programas horizontais e projetos do Centro de Estudos sobre Ciência, Desenvolvimento e Educação Superior da Argentina. Segundo os organizadores, o objetivo é o desenvolver uma geração de indicadores na área.

No Brasil, a pesquisa foi feita em Campinas, com 162 pessoas. Na Argentina, em Buenos Aires, foram entrevistadas 300 e no Uruguai (Montevideú), 150 pessoas responderam os questionários. A amostragem também incluiu as cidades de Salamanca e Valladolid, na Espanha e contou com 150 entrevistados. A pesquisa brasileira foi coordenada por integrantes do Labjor e depois estendida para as cidades de Ribe-



Carlos Vogt, presidente da Fapesp, apresenta os números da pesquisa: levantamento foi publicado pela Editora da Unicamp

rão Preto e São Paulo, perfazendo um total de 1.063 pessoas ouvidas.

Os responsáveis pelo levantamento, feito por iniciativa da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e da Rede Ibero-Americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT/CYTED), também identificaram que apesar da tendência geral da imagem favorável da ciência, a percepção é de que ela não está livre de ter conseqüências negativas. Embora a grande maioria dos entrevistados nos quatro países (74,3%) considere que os benefícios da ciência e da tecnologia são maiores que os efeitos negativos, na afirmação de que o desenvolvimento da ciência traz problemas para a humanidade as opiniões divergem. Na Argentina e Brasil, o índice é equilibrado. Cerca de 50% optaram por discordar da afirmação. Já na Espanha e no Uruguai os que concordaram com a frase somam 57%.

Na opinião de 82% dos entrevistados, na Argentina o “pouco apoio estatal” é o principal fator que limita o desenvolvimento da ciência e tecnologia, descartando a responsabilidade de outros setores. Neste mesmo item 62,3% no Brasil e 78,9% na Espanha concordam com a afirmação. No que diz respeito à utilidade dos conhecimentos gerados no país, no Uruguai (66%), Argentina (59,4%) e, em menor escala, na Espanha (43,2%) os entrevistados acreditam que a ciência tem utilidade, mas não há divulgação desse conhecimento. Outro dado apontado no levantamento foi com relação a pouca informação sobre C&T. Na Argentina, 80%, no Brasil 71% e na Espanha 67% se consideram pouco informados.

Brasil – Os organizadores decidi-

ram ampliar a pesquisa no Brasil, depois de concluída a fase internacional. Depois de Campinas, o levantamento foi estendido para as cidades de São Paulo e Ribeirão Preto. Segundo os coordenadores, a idéia foi aumentar a amostragem no Estado de São Paulo para compor um capítulo na publicação de *Indicadores de C&T*, que será editado pela Fapesp. Será testado também o modelo do questionário com vistas a novas abordagens metodológicas. As entrevistas foram aplicadas pela empresa campineira de marketing Marcondes e Almeida Associados e apresentou muitas semelhanças nos resultados preliminares das três cidades paulistas. Pesquisa semelhante foi realizada apenas em 1987, quando o CNPq encomendou ao Instituto Gallup um levantamento nacional. Na época foram 2.892 entrevistados em todo país.

Na pesquisa feita nos três municípios paulistas, 69% dos entrevistados não acreditam que a ciência possa solucionar todos os problemas. Em compensação, 51,7% discordam de que a ciência e a tecnologia não se preocupam com os problemas das pessoas. Para 65,2% das pessoas que responderam ao questionário, os benefícios da ciência e tecnologia são maiores do que seus efeitos negativos e 59,4% concordam que a aplicação da C&T aumentam as oportunidades de trabalho.

De acordo com Carlos Vogt, uma vez realizado o levantamento preliminar dos dados, há a necessidade de se trabalhar na qualificação da pesquisa. Ele enfatiza que será preciso refletir sobre o questionário de forma a sofisticar as questões mais pontuais. Além disso, serão feitos novos estudos para se cruzar os dados e propor os avanços necessários.